



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA  
19.08.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
1 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

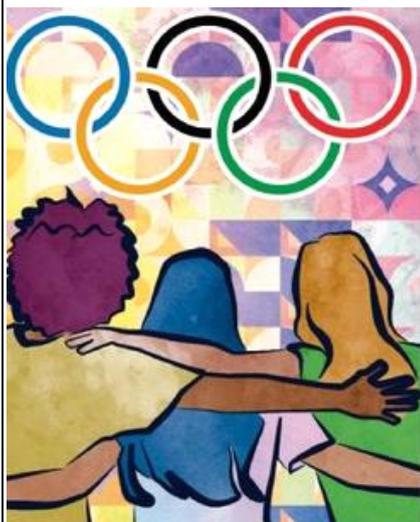
## SUMÁRIO

- [AS OLIMPÍADAS DA DIVERSIDADE – O Popular](#)
- [71% EM GOIÂNIA DISCORDAM DE MISTURAR POLÍTICA COM RELIGIÃO – O Popular](#)
- [ATIVIDADE EM ALTA É BOA NOTÍCIA, MAS HÁ RISCOS – Folha de São Paulo](#)
- [DESMONETIZAR O PCC – Folha de São Paulo](#)
- [FINS SEM PRINCÍPIOS LEVAM À TIRANIA – Folha de São Paulo](#)
- [ESTUDOS AFRO-LATINO-AMERICANOS NO BRASIL DEMANDAM MAIS INVESTIMENTOS – Folha de São Paulo](#)
- [ALIADOS DE LULA COMANDAM COMISSÕES COM R\\$ 11 BILHÕES DE EMENDA ALVO DO STF – Folha de São Paulo](#)
- [VIVEMOS UMA CRISE CIVILIZATÓRIA? – Folha de São Paulo](#)
- [SILVIO SANTOS: O FIM DE UMA ERA NA TELEVISÃO BRASILEIRA – O HOJE](#)
- [LIVRO ESMIÚCA "PRIMEIRO GOLPE" DO BRASIL, LIDERADO POR D. PEDRO – Correio Braziliense](#)
- [5 COISAS PARA FICAR DE OLHO NA CONVENÇÃO DEMOCRATA NESTA SEMANA – Correio Braziliense](#)
- [IZABEL GUIMARÃES: UM GRITO POR JUSTIÇA, UM CHAMADO PARA A AÇÃO – Correio Braziliense](#)
- [DECISÃO DO STJ DESTRAVA R\\$ 2,4 BILHÕES DE ICMS-ST PARA VAREJISTAS – Valor Econômico](#)
- [EMPRESA VENCE DISCUSSÃO SOBRE ‘TESE DO SÉCULO’ – Valor Econômico](#)
- [DESTAQUE – Valor Econômico](#)
- [AUMENTO DO TETO DAS RPVS É URGENTE E NECESSÁRIO – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

**JORNAL – O POPULAR – 19.08.2024 – PÁG. 03**

**As olimpíadas da diversidade**

*Manoela Gonçalves Silva*



Mulheres negras, lésbicas, pobres, de todos os biótipos, as mesmas que são vítimas de violência e discriminação em nosso País, foram muito bem representadas pelas atletas brasileiras nas Olimpíadas de Paris. O Brasil saiu vitorioso em razão dos resultados alcançados, principalmente pelo fato de que as nossas atletas se entregaram de corpo e alma nas disputas. Parabéns a todas e a todos os que se dedicaram e se prepararam para as disputas na França.

Todos são vencedores, mesmo aqueles que não puderam subir os degraus do pódio. O protagonismo feminino levou o Brasil a obter 20 medalhas -- 12 delas foram conquistadas por mulheres e por todos os 3 ouros da delegação brasileira que, de forma inédita, foi composta, em sua maioria, por mulheres, em uma afirmação da capacidade das mulheres em superar obstáculos.

A campanha esportiva das mulheres em Paris é o retrato mais evidente da luta feminista no Brasil. Nós temos que fazer malabarismos, como as ginastas olímpicas, para enfrentar o machismo; lutar com força, tal como as atletas do judô, para enfrentar as barreiras que nos são impostas no mercado de trabalho, e ter a dedicação e perseverança das atletas do vôlei de praia para vencer o preconceito. Subir ao pódio da vida, vencer a violência doméstica, os assédios sexual e moral são verdadeiras competições que enfrentamos em nosso dia a dia e que, graças a um trabalho árduo junto aos poderes constituídos, temos conquistado vários avanços.

A defesa da mulher é uma verdadeira batalha, que tem sido travada cotidianamente e que, ainda não conseguimos alcançar em sua plenitude. O número de feminicídios é alto, as denúncias de abusos e assédios são crescentes, mesmo com a evolução legislativa que conseguimos alcançar nos últimos anos. Uma das principais lições das Olimpíadas de Paris é a de que a dedicação, combinada com incentivo e esforço, possibilita a obtenção de resultados surpreendentes.

Que o novo ciclo que se inicia a partir de agora, visando os jogos olímpicos de 2028 em Los Angeles, nos Estados Unidos da América, seja exitoso para o Brasil, com investimentos em qualificação de profissionais para atuar com os atletas e, principalmente, no preparo de novos talentos que vão surgir. O Brasil da população pobre e as mulheres não podem ficar esquecidos, como ocorreu nos últimos ciclos olímpicos, mas devem ser incentivados e preparados para novamente brilharem e trazerem mais medalhas para o nosso País. Há de ocorrer investimentos financeiros na preparação, construção de ginásios esportivos e qualificação.

Assim como a evolução das leis e a criação de mecanismos de defesa das mulheres precisam ser aprimorados. O caminho para alcançarmos a equidade de gêneros é longo e, por este motivo, a luta por

políticas públicas que garantam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, às oportunidades de crescimento profissional e pessoal, bem como no esporte, deve ser incansável.

## JORNAL – O POPULAR – 19.08.2024 – PÁG. 04

### 71% em Goiânia discordam de misturar política com religião

No que diz respeito ao voto em candidatos defendidos por igrejas, 87,7% dos eleitores da capital afirmam que escolhem por conta própria os números que digitarão nas urnas

*Fabiana Pulcineli*

A nova rodada da pesquisa Serpes/O POPULAR da eleição na capital mostra que 71,7% dos moradores de Goiânia rejeitam misturar política com religião. Em uma outra questão, sobre se votariam em candidatos sugeridos por sua igreja, 87,7% responderam que escolhem por conta própria os números que digitarão nas urnas.



Na pré-campanha e na definição de nomes para as coligações para a Prefeitura na capital, parte dos grupos políticos buscou apoio de determinados segmentos religiosos e destacou a relevância para a disputa. As declarações do eleitor, no entanto, indicam distanciamento. Do total de entrevistados, 24,1% responderam que política e religião se misturam, sim. Outros 4,2% não responderam ou afirmaram não saber. A Constituição Federal estabelece que o Estado é laico, com separação entre Estado e igreja e liberdade para todas as religiões. Porém, cresceu nas últimas eleições no País a defesa por parte de lideranças políticas da direita de que deve haver ligação por conta da maioria cristã dos brasileiros.

Na questão sobre defesa de nomes feita pela igreja, apenas 6,7% disseram que votam em candidatos sugeridos por líderes religiosos. Do total de entrevistados, 5,7% não responderam. A pesquisa ouviu 601 eleitores nos dias 12 e 13 de agosto. A margem de erro é de 4 pontos percentuais para mais ou para menos e o intervalo de confiança é de 95%. O POPULAR mostrou na sexta-feira (16) os dados da corrida à Prefeitura de Goiânia, com intenções de voto (espontânea e estimulada), simulações de segundo turno e rejeição aos sete candidatos a prefeito da capital.

A deputada federal Adriana Accorsi (PT) e o senador Vanderlan Cardoso (PSD) lideram a disputa, com 22,8% e 21,1%, respectivamente, sendo mantido o empate técnico. O ex-deputado federal e ex-presidente da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg) Sandro Mabel (UB) aparece em terceiro lugar, com 15,3%. O prefeito Rogério Cruz (SD) tem 9%; o ex-deputado estadual Fred Rodrigues (PL); 5,8%; o jornalista Matheus Ribeiro (PSDB), 2,8%; e o professor Pantaleão (UP), 1,3%. Os votos nulos somam 8,5% e eleitores indecisos, 13,3%. Os dados são da pesquisa estimulada, quando uma cartela com os nomes dos sete

candidatos é apresentada ao entrevistado. Na disputa, Vanderlan e Rogério são evangélicos. Adriana, Mabel e Fred, católicos.

### Grupos

Entre eleitores evangélicos, o percentual que considera que política e religião não se misturam cai a 63,4%. Outros 31,7% responderam que as duas áreas estão relacionadas, sim. O índice dos que não sabem é de 4,9%.

Já no grupo de católicos, a rejeição à mistura é de 73,9%. Neste universo, 22,5% acham que há relação e 3,5% não opinaram. Entre espíritas, 76,5% acham que as questões devem ser separadas e 17,6% consideram que se misturam.

No grupo de pessoas de outras religiões sobe a 85,4% a declaração de que política e religião não se misturam, enquanto 9,8% afirmam que há relação. É também o eleitor evangélico quem mais admite que vota em candidatos sugeridos pela igreja: 13,7%, enquanto entre católicos e espíritas, o índice cai a 3,2% e 2,9%, respectivamente. No entanto, 80% dos evangélicos dizem que fazem a escolha por conta própria. Entre católicos, o percentual vai a 91,5%, e espíritas, 91,2%. Na estratificação por religião, O instituto Serpes considerou a declaração dos próprios entrevistados, quando 47,2% se disseram católicos; 34,1%, evangélicos; 5,65%, espíritas; e 6,8%, de outras religiões.

### JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 19.08.2024 – PÁG. A4

#### Atividade em alta é boa notícia, mas há riscos

Com escalada do gasto público, emprego e da renda alimentam inflação; é preciso sinal de austeridade para conter juros

Como tem ocorrido desde 2021, a economia brasileira desafia prognósticos de desaceleração. A julgar pelos dados mais recentes, a expansão do PIB pode novamente superar 2,5% neste ano, mesmo diante de incertezas, internas e externas, e dos juros altos vigentes.



O IBC-Br, índice do Banco Central que mede a atividade econômica, apontou aumento de 1,4% de maio para junho — além das expectativas, que rondavam 0,5%. No trimestre, ante o período correspondente de 2023, o avanço chegou a 2,8%, liderado pelo setor de serviços. Nem mesmo as enchentes no Rio Grande do Sul tiveram impacto material na dinâmica, ao contrário do que se temia.

Impulso decisivo vem da renda do trabalho, que subiu 5,8% acima da inflação no trimestre encerrado em junho, na comparação anual. O emprego formal e informal também mostra vigor, e a taxa de desocupação de 6,9% no período é a menor desde 2014. Outro vetor é o gasto

público em expansão acelerada. Nos últimos 12 meses a despesa federal cresceu 15% acima da inflação, notadamente nas rubricas de Previdência e benefícios sociais, que ampliam a renda disponível.

Em adição a tais influências conjunturais, há elementos estruturais de difícil mensuração. O grande acúmulo de projetos de infraestrutura observado desde a modernização regulatória a partir de 2016 —inclusive com o novo marco do saneamento— indica que há vultosos investimentos contratados para os próximos anos. É também plausível que a reforma da legislação trabalhista, com redução do contencioso judicial e maior flexibilidade de contratos, já tenha impactado a geração de emprego. Não é simples, porém, comprovar essa conjectura.

O crescimento econômico vem se mostrando sólido e persistente, portanto, mas há fatores de risco que precisam ser levados em conta pelo governo. Um deles é a inflação renitente, que já leva o Banco Central a considerar elevação da taxa Selic mesmo quando a maior parte do mundo parece indicar o movimento oposto. Salta à vista a descoordenação das políticas monetária e fiscal. Diante da exuberância da demanda interna, o melhor agora seria reduzir despesas e abrir espaço para cortes de juros —combinação ideal jamais aceita pelo PT e pela ala política do Executivo.

Nas próximas semanas, o governo Luiz Inácio Lula da Silva terá a chance de desfazer dúvidas quanto a seu compromisso com as metas fiscais, quando apresentar a proposta de Orçamento para 2025. Um documento crível ajudaria a evitar uma alta dos juros e com isso perenizar o bom momento de ampliação do emprego e da renda.

## **Desmonetizar o PCC**

Ao minar financiamento, inteligência é recurso mais eficaz para combater facções

Há várias formas de enfrentar o crime organizado. Uma delas, menos eficaz, é a mais comum no Brasil: grandes operações policiais que visam intimidar facções. No geral, contudo, tais ações só elevam o risco de mortes pelas forças de segurança sem interferir muito na estrutura da atividade ilícita.

Outro modo é o uso de inteligência policial para desvendar movimentações financeiras e quebrar a teia de contatos que sustentam o grupo criminoso. Recentemente, articulações entre o Judiciário e as polícias no estado de São Paulo têm seguido nessa linha. Em abril deste ano, o Ministério Público revelou indícios de ligação entre empresas de ônibus e a facção Primeiro Comando da Capital (PCC), por meio da lavagem de dinheiro proveniente de roubos e do tráfico de drogas.



Outra operação deflagrada pelo Ministério Público no início deste mês procurou dismantlar o crime organizado atuante no centro da cidade de São Paulo. Uma das marcas de atuação do PCC na capital paulista é a ocupação de instalações no entorno da cracolândia —hotéis, pensões, estacionamentos e ferros-velhos—

que servem como base para a movimentação criminoso. Em vez de apenas invadir esse locais e prender usuários, a proposta mais sensata foi a de atacar o ecossistema econômico que sustenta a facção.

Há também a penetração do crime organizado no Estado com o financiamento de campanhas eleitorais. Segundo o chefe de inteligência da Polícia Militar paulista, coronel Pedro Luís de Souza Lopes, investigações indicam que o PCC injeta dinheiro em candidaturas políticas em diversos municípios. A influência insidiosa da facção vai além. Em abril, o Ministério Público apontou suposto esquema de fraude de licitações por agentes acusados de integrar o PCC.

Esses casos evidenciam a necessidade de ações sofisticadas para dismantlar o poderio do crime organizado. Só a inteligência das forças de segurança é capaz de desfazer os elos do PCC com empresas e o Estado. A força bruta, que contribui para a inaceitável letalidade policial no Brasil, até agora não obteve êxito nessa seara.

### **Fins sem princípios levam à tirania**

Ideais precisam se curvar aos direitos individuais que fundam a democracia liberal

*Lygia Maria*



"Os fins justificam os meios" é um argumento perigoso de que todo democrata deve desconfiar. Afinal, não há regime totalitário que não tenha se respaldado nessa máxima. Revolução Francesa, URSS, o Terceiro Reich. Todos partiam da perspectiva de que a humanidade é agente da história e que, para concretizar um projeto idílico de organização social, qualquer ação é aceitável.

A consequência é a desumanização de pessoas em prol de uma ideia. Por isso tal idealismo predispõe à infração de direitos individuais duramente conquistados ao longo de séculos. Na última semana, vimos dois casos de meios justificados por fins. Lula disse que a Venezuela não é uma ditadura, mas um regime desagradável, e cogitou um novo pleito como solução para a fraude eleitoral perpetrada por Nicolás Maduro.

O fim da liberdade de imprensa e de expressão, prisão, tortura, mortes e migração em massa de venezuelanos não são suficientes para conter a marcha da história que chegará a um novo e melhor estágio social imaginado por parte da esquerda. Do mesmo modo, os fins do interminável inquérito das fake news no STF apoiam o desrespeito a ritos do Judiciário. Para proteger a democracia, a expansão sem transparência do poder de polícia sobre a população, promovida pelo ministro Alexandre de Moraes, torna-se aceitável.

O apego à ideia é tão ferrenho que até a imprensa —por cumprir seu papel de fiscal do poder público, ao revelar atos temerários como usar criatividade na produção de provas contra uma revista— foi acusada de incitar ataques à democracia. Mas as democracias liberais se sustentam em valores que traçam uma linha clara entre o Estado e os cidadãos. Trata-se de mecanismo de autopreservação: o Estado não pode invadir o

espaço dos direitos individuais, sob risco de descambar no autoritarismo. Qualquer meta pretendida deve respeitar essa demarcação. Não importam os fins. Se, para alcançá-los, princípios democráticos são solapados pelo caminho, o destino só pode ser a tirania.

## JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 19.08.2024 – PÁG. A5

### Estudos afro-latino-americanos no Brasil demandam mais investimentos

Inclusão tem transformado a produção intelectual nas universidades

*Claudia Ferreira Pinto da Silva / Eliane de Souza Almeida / Rosemeri Conceição / Maria Páscoa Sarmiento / Thiago dos Santos Molina / Gessiane Ambrosio Nazario / Janailson Macêdo Luiz / Antônia Gabriela Pereira de Araujo / Ana Paula Cruz / Jade Alcântara Lôbo*

Um marco nos estudos da diáspora africana. Acreditamos ser a melhor síntese sobre o 3º Encontro Continental de Estudos Afro-Latino-Americanos (Eceala), realizado entre 10 e 12 de julho na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo. Com público de 1.300 pessoas e 1.024 apresentações de pesquisas, o evento destacou-se também pela autoria feminina e negra da maioria dos trabalhos. Organizado pelo Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas (Alari) da Universidade Harvard, em colaboração com a USP, o Afro-Cebrap e um comitê local, foi a primeira edição fora de Cambridge (EUA).



O evento reuniu pesquisadores de diversas áreas e nacionalidades da América Latina, Caribe e África, bem como afro-estadunidenses. As pesquisas apresentadas refletem a abordagem interdisciplinar que marca os estudos afro-latino-americanos, com destaque para educação (19%); raça e racismo (13%); movimentos e mobilizações negras (13%); e gênero e estudos feministas (9%). A lista é longa e inclui, entre outros temas, história, artes, religiosidade, arqueologia e saúde pública.

Outrora praticamente excluídos das universidades públicas, essas pessoas contribuem agora para a renovação epistemológica da academia latino-americana, com forte semelhança ao movimento que culminou na criação dos "Black Studies" nos EUA, que se consolida desde as décadas de 1960 e 1970 graças às políticas de ações afirmativas.

No Brasil, a inclusão de negros, periféricos, quilombolas e indígenas nas universidades tem transformando a produção intelectual com novas perspectivas teórico-metodológicas para o enfrentamento ao racismo e das desigualdades. Inspirada por intelectuais como Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, essa geração neta, lembrando Nego Bispo, sabe-se herdeira de um saber cíclico, cujo início e meio confluem para o início novamente. Assim, essa nova safra de pesquisas comunga da responsabilidade de contracolonizar epistemes colonialistas e se contrapor a conhecimentos e perspectivas produzidos sobre nós sem a nossa participação.

As autoras deste artigo são parte desse movimento, tendo em comum a participação no Seminário de Teses Mark Claster Mamolen na Universidade Harvard, organizado pelo Alari. Numa atmosfera de debates com críticas construtivas e generosas, sem hierarquias entre disciplinas e idiomas, pudemos enriquecer nossas pesquisas, promover a criação de redes e vivenciar o intercâmbio com outras pesquisadoras da diáspora africana.

No entanto, é necessário maior investimento para consolidar iniciativas como o Eceala e o Seminário Mamolen, sem esquecer do fortalecimento de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) nas universidades e institutos federais. O avanço do financiamento científico direcionado a essa produção é urgente para ampliar sua institucionalização, fomentar publicações relevantes e alavancar oportunidades de internacionalização do trabalho de pesquisadores negros, quilombolas e indígenas, cujos direitos à cidadania foram historicamente negados.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 19.08.2024 – PÁG. A6**

### **Aliados de Lula comandam comissões com R\$ 11 bilhões de emenda alvo do STF**

Verbas das comissões escondem padrinhos, e senador diz que 'todo mundo' decide destino do recurso

*Mateus Vargas*



Congressistas ligados ao governo Lula (PT) comandam as três comissões do Congresso Nacional com mais verbas de emendas. Os colegiados concentram R\$ 10,6 bilhões, cifra que representa cerca de 70% do recurso (R\$ 15,5 bilhões) reservado para esse tipo de indicação em 2024. As emendas de comissão entraram na mira do STF (Supremo Tribunal Federal) por esconder qual deputado ou senador indicou o dinheiro, pois os pedidos são feitos formalmente apenas pelo presidente do colegiado.

As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso tem sido atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) pode assinar R\$ 3,2 bilhões em emendas neste ano. Ele afirmou que "todo mundo" no Senado decide sobre o recurso e nega falta de transparência.

O senador, porém, disse não ser possível apontar qual congressista ou grupo político emplacou a maior parte das emendas no órgão que preside, o segundo com mais verba no Legislativo. "O parlamentar pode sugerir, pode apresentar a emenda, mas a emenda é da comissão. A emenda é coletiva, não é individualizada", afirmou Castro. As verbas das comissões estão entre os alvos das decisões recentes do ministro Flávio Dino,



## CLIPPING

DATA

19.08.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

do Supremo, que travaram a execução das emendas. No começo de agosto, ele determinou que esse recurso só deve ser pago "mediante prévia e total transparência e rastreabilidade".

Dino também cobrou informações do Executivo e Congresso sobre como e por quem as emendas dos foram indicadas. Nesta sexta-feira, o STF decidiu, de forma unânime, manter a decisão do ministro. Neste ano, 25 colegiados da Câmara e do Senado têm recursos de emendas. Como a Folha revelou, uma aliada do presidente Arthur Lira (PP-AL), que é assessora do PP, chega a enviar listas prontas de emendas que são apenas assinadas pelo presidente da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara e enviadas aos ministérios.

Questionado se as emendas são ditadas pela cúpula do Congresso, o senador Marcelo Castro repetiu que a verba é amplamente debatida. "Não vou citar nomes. O que eu posso dizer é que todos participam da elaboração [das emendas]. Se tiver alguma exceção, é apenas exceção à regra. Mas o Senado participa, a comissão participa, o presidente participa, todo mundo participa. É claro e todo mundo sabe disso", disse o senador. O deputado Dr. Francisco (PT-PI) comanda a Comissão de Saúde da Câmara, colegiado com mais emendas (R\$ 6 bilhões) para distribuir. Em março, ele disse que não via problema em divulgar os autores das emendas. "Do mesmo jeito que a emenda individual tem lá a nossa indicação, se a emenda de comissão alguém está indicando, eu não vejo problema", afirmou.

Mas Francisco recuou e mantém sob sigilo os verdadeiros padrinhos das emendas que ele mesmo assina. No Senado, a comissão que faz indicações ao Ministério da Saúde é comandada por Humberto Costa (PT-PE). Ele foi crítico às chamadas emendas do relator no governo Jair Bolsonaro (PL), mas agora é quem formalmente encaminhou cerca de R\$ 1,2 bilhão em indicações que também não revelam o real padrinho da verba. Procurado, o senador não informou de que forma são distribuídas as emendas da comissão que preside e quais grupos políticos foram atendidos pelo dinheiro.

Ele disse "esperar que todo esse processo [no Supremo] redunde na absoluta transparência de que necessita a destinação de emendas, que é o que defende e sempre defendeu". "Para o senador, esse é um processo em que Legislativo e Judiciário podem contribuir um com o outro, sem invasão de competência à seara alheia, com respeito à Constituição e, sobretudo, em atenção à boa e clara aplicação dos recursos públicos", afirmou ainda o gabinete de Humberto.

O presidente Lula tem feito críticas aos altos valores das emendas, ainda que aliados estejam à frente das comissões mais ricas do Congresso. O PT também se uniu ao centrão para contestar travas impostas pelo Supremo às indicações com baixa transparência. "Se o cidadão tem o direito de ter uma emenda de R\$ 30 milhões, de R\$ 40 milhões, de R\$ 50 milhões, diz que tem comissão, que o presidente da comissão tem direito a R\$ 300 milhões, R\$ 400 milhões. Isso pode tornar a pessoa viciada e não querer abrir mão disso", afirmou Lula nesta sexta-feira (16).

O senador Marcelo Castro defende o volume de recursos na mão do Congresso. Ele disse que as emendas só eram pagas aos aliados do governo, quando o Executivo ainda não era obrigado a executar as indicações do Congresso. "Eu acho que existe um equilíbrio maior de forças." As indicações parlamentares somam quase R\$ 52 bilhões em 2024. Essas emendas drenam cerca de 20% do gasto discricionário do governo, ou seja, a verba livre para aplicar em obras, custeio da máquina pública e outros programas.

As emendas individuais (R\$ 25,1 bilhões) e de bacadas estaduais (R\$ 8,5 bilhões) são impositivas —o governo é obrigado a executar o recurso. Já a fatia definida pelas comissões não é obrigatória, mas existe um acordo político para o Executivo seguir as indicações feitas pelo Congresso. Após o fim das emendas de relator, o Congresso turbinou a verba das indicações de comissões temáticas do Congresso. Há R\$ 15,5 bilhões reservados para este tipo de emenda em 2024, enquanto a cifra alcançava cerca de R\$ 600 milhões em 2020.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 19.08.2024 – PÁG. C5**

### **Vivemos uma crise civilizatória?**

Só daqui a uns 500 anos alguém poderá dizer algo sobre o período em que vivemos

*Luiz Felipe Pondé*

Vivemos uma crise civilizatória? Acho que não. A questão é mais complexa do que pensa nossa vã propaganda política. A expressão "crise civilizatória" me parece mais clara como marketing de ideias do que como conceito, daí ser tão útil na polarização em ambas as margens do rio. Um reparo epistemológico —não acho que exista nenhuma definição simples de "civilização". A definição, nesse caso, ocuparia um livro de no mínimo 200 páginas —o livro "Grammaire de Civilisations", do historiador Braudel, seria um bom começo para o leitor atento.



Aliás, como dizia Pascal no século 17, existem palavras do uso corrente que é melhor nem tentar definir, porque atrapalha a comunicação. "Civilização" cai como uma luva nesse reparo epistemológico pascaliano. Suspeito que a expressão seja um caso pouco analisado de utopia pura e simples. Aliás, creio que a imensa maioria das pessoas que usa a palavra "civilização" o faz dentro desse caso de utopia, quando não com intenção de autopropaganda política pura e simples.

"Civilização é uma sociedade que vive por valores." Essa frase chega a ser hilária de tão absurdamente imprecisa. A palavra "valores" em si não merece tanto crédito assim, para além do uso quando falamos no valor do dólar em relação ao real. Não que não possam existir comportamentos positivamente valorizados num grupo social, mas, sim, que essa valorização "não segura muita água", como se fala em filosofia em inglês, querendo dizer que não fica muito tempo de pé. A realidade "para além dos valores" costuma sempre vencer no dia a dia, entre pessoas e entre nações. Os advogados são a prova cabal da nulidade dos valores.

O Google diz algo assim —civilização é um estado avançado do desenvolvimento humano em termos estéticos, econômicos, sociais, políticos e ainda culturais. Tomemos uma variável —escravidão, difícil de ser



**CLIPPING**

DATA  
19.08.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
11 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

considerada "avançada". Roma tinha escravos, Grécia tinha escravos, a Europa iluminista ganhava dinheiro com escravos, inclusive alguns filósofos considerados "progressistas".

Não vou dizer os nomes neste texto porque, antes de tudo, não levo a sério a expressão "progressista" e, depois, porque não quero investir na palhaçada do cancelamento. Enfim, toda "civilização" até hoje tinha muitos escravos. Onde ia se encontrar força motora antes da revolução industrial que não fosse a força motora muscular?

A Europa começou a usar essa expressão para se diferenciar de suas colônias, estas não civilizadas. Uma crítica ao pensamento colonial derruba essa ideia em segundos. Indígenas não seriam civilizados, africanos negros tampouco. Indígenas e africanos negros tampouco se salvariam pelo critério utópico de uma civilização —critério este que alimenta quem fala dessa tal crise— na medida em que alguns eram canibais e outros também praticavam escravidão em seu mercado.

A esquerda no Brasil em 2022 cravou entre a propaganda política do PT para presidente que os bolsonaristas representavam uma crise civilizatória. Falou-se tanto nisso que a expressão "crise civilizatória" ficou próxima do uso banalizado da expressão "energia" para além da física. Por outro lado, a ideia cara à direita de que há uma crise na "civilização ocidental" joga no colo da esquerda a culpa por isso, principalmente no campo do comportamento sexual, dissolução das famílias e da educação das crianças. Por incrível que pareça, ambos os lados fazem uso da mesma expressão vazia para se referir ao presente. Apesar de a esquerda não gostar muito dessa coisa de "civilização ocidental", pensa no ideário iluminista e humanista europeu para dizer que bolsonaristas geram crise civilizatória. O mesmo ideário que a direita considera seu "tesouro ocidental".

Mesmo que usemos a expressão "crise civilizatória" num sentido frouxo semanticamente, tomando por exemplo a democracia como núcleo positivo da civilização em crise —o que está longe de ser evidente, por exemplo, para chineses—, só daqui a uns 500 anos alguém poderá dizer algo sobre o período em que vivemos. Por enquanto, melhor silenciar e cuidar do nosso jardim.

**JORNAL – O HOJE – 19.08.2024 – PÁG. 13**

### **Silvio Santos: O fim de uma era na televisão brasileira**

Aos 93 anos, o carismático apresentador e empresário deixa um legado incomparável na história do entretenimento e da comunicação no Brasil

*Luana Avelar*



No último sábado (17), o Brasil despediu-se de uma de suas figuras mais emblemáticas e carismáticas do entretenimento. Silvio Santos, cujo nome de batismo era Senhor Abravanel, faleceu aos 93 anos em São Paulo, após uma batalha contra a broncopneumonia decorrente de uma infecção por influenza A (H1N1).

Sua morte, confirmada pelo Hospital Albert Einstein às 4h50, marca o encerramento de uma era que moldou a televisão brasileira e transformou a forma como o público se relaciona com o conteúdo televisivo. Nascido em 12 de dezembro de 1930, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, Silvio Santos teve uma infância modesta. Filho de imigrantes judeus, Alberto e Rebeca, ele foi o mais velho de cinco irmãos. Desde

cedo, Silvio mostrou habilidade para o comércio e a comunicação. Ainda adolescente, começou a trabalhar como camelô nas ruas do Rio de Janeiro, onde desenvolveu seu talento natural para encantar e convencer as pessoas. Aos 18 anos, em 1948, serviu no Exército Brasileiro na Escola de Paraquedistas, onde aprendeu disciplina e perseverança, valores que carregaria por toda a vida. Mesmo enquanto servia, ele não abandonou sua paixão pela comunicação, trabalhando aos domingos em uma rádio local. Após deixar o Exército, decidiu seguir a carreira na locução, começando com pequenos trabalhos, como anúncios em uma barca que ligava Rio e Niterói.

Em 1954, mudou-se para São Paulo, onde sua carreira no rádio começou a ganhar tração. Ele assinou seu primeiro contrato fixo como locutor na Rádio Nacional. Foi nessa época que conheceu Manuel de Nóbrega, um importante empresário e radialista, que o convidou para ser animador de seu programa. Esse encontro foi decisivo para sua carreira, que, além de se tornar um dos principais animadores do rádio, também assumiu a direção do Baú da Felicidade, uma empresa que vendia brinquedos a prazo. Com uma visão empresarial aguçada, Silvio transformou o Baú em um sucesso, vendendo carnês que se tornaram parte do imaginário popular brasileiro.

Em 1959, deu seus primeiros passos na televisão com o programa ‘Audições’, exibido pela TV Paulista. Sua capacidade de se conectar com o público, aliada ao seu carisma natural, rapidamente o destacaram entre os apresentadores da época. Comandou programas como ‘Hit Parade’, ‘Quando Maestros Se Encontram’ e ‘O Grande Espetáculo’, mas foi com o ‘Vamos Brincar de Força’ que começou a moldar o formato que o consagraria nos anos seguintes.



## CLIPPING

DATA

19.08.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O ‘Programa Silvio Santos’, criado em 1963, foi um divisor de águas na televisão brasileira. Com uma fórmula que combinava entretenimento, jogos e interação com a plateia, o programa rapidamente se tornou o favorito das famílias brasileiras. Em 1965, após a compra da TV Paulista pela Globo, o programa passou a ser transmitido pela emissora para a cidade de São Paulo, e, posteriormente, para todo o Brasil. Mesmo com o sucesso na Globo, Silvio continuou apresentando programas em outras emissoras, como a TV Tupi, onde conduziu atrações como ‘Festa dos Sinos’, ‘Sua Majestade: o Ibope’, ‘Cidade contra Cidade’ e ‘Silvio Santos Diferente’.

A criação do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) em 1981 foi o ponto culminante da carreira do apresentador como empresário. Ele já havia adquirido seu próprio canal de televisão, o Canal 11 do Rio de Janeiro, em 1975, e inaugurado a TVS no ano seguinte, mas foi com o SBT que Silvio consolidou seu império midiático, Tornando-se a principal atração da emissora, e quadros como ‘Domingo no Parque’, ‘Qual é a Música?’, ‘Show de Calouros’ e ‘Porta da Esperança’ marcaram gerações de telespectadores. Com bordões inesquecíveis como ‘Vem pra cá’ e ‘Quem quer dinheiro?’, Silvio Santos se tornou um ícone cultural. Sua habilidade em comandar um programa de mais de dez horas, mantendo o público engajado, é única na TV moderna. Ele também gravou marchinhas de carnaval como ‘Coração Corintiano’ e ‘A Pipa do Vovô’, que se tornaram populares. Em 2001, sua influência foi celebrada pela escola de samba Tradição, com o enredo ‘O Sorriso do Patrão’.

Silvio Santos entrou na política em 1989, candidatando-se à presidência pelo PMB. Sua entrada tardia, a duas semanas do primeiro turno, gerou grande repercussão. Com forte apelo popular, rapidamente alcançou 30% das intenções de voto, mas sua candidatura foi barrada pelo TSE. Apesar do episódio, ele raramente comentou o assunto e seguiu focado na televisão e nos negócios.

Nos últimos anos, manteve-se relativamente afastado da vida pública, especialmente após o início da pandemia de Covid-19. Em dezembro de 2020, ele celebrou seus 90 anos de forma privada, em isolamento ao lado de suas filhas. No entanto, em agosto de 2021, já vacinado, voltou ao palco que o consagrou, para a alegria de seus fãs. Sua última aparição em seu programa foi um momento de celebração, em que o apresentador, com seu tradicional bom humor, brincou: “Para tudo, já estou aqui. Já cheguei!”. Esta foi a última edição do programa gravada por ele, marcando o encerramento de uma trajetória brilhante.

Silvio Santos deixa sua esposa Íris Abravanel, com quem era casado desde 1978, seis filhas – Daniela, Patrícia, Rebeca e Renata, do casamento com Íris, e Cíntia e Silvia, do primeiro casamento com Cidinha, que faleceu em 1977 – além de 14 netos e 4 bisnetos. Em respeito ao desejo de Silvio, não houve velório público. Uma cerimônia judaica restrita à família e amigos mais próximos foi realizada em um cemitério israelita, conforme sua vontade expressa em vida. A família Abravanel, em nota oficial, pediu que Silvio seja lembrado com a mesma alegria que ele trouxe a milhões de lares brasileiros ao longo de sua carreira. “Ele gostava de ser celebrado em vida e gostaria de ser lembrado com a alegria com que ele viveu”, afirmou a nota.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 19.08.2024 – PÁG. POLÍTICA**

**Livro esmiúça "primeiro golpe" do Brasil, liderado por D. Pedro**

Segundo o jornalista e escritor Ricardo Lessa, D. Pedro I "estava longe de ser a figura ideal de libertador, como algumas correntes históricas o definem

*Raphael Pati*

Nas salas de aula, quando se fala em golpes de Estado no Brasil, os atos de 1930, que levaram Getulio Vargas ao poder, e os de 1964, com o início dos governos militares, são sempre os mais lembrados. No entanto, o jornalista e escritor Ricardo Lessa volta ao início do século XIX para contar sobre o processo conturbado da independência do Brasil e a primeira Assembleia Nacional Constituinte, que culminaram no que ele defende ser o "primeiro golpe" do país.



"É um golpe militar que, na época, foi caracterizado assim, inclusive por alguns monarquistas. Um golpe violento, tal como eu cito no livro, e ele abre uma história de golpes militares", afirma Lessa ao Correio Braziliense, em referência ao recém-lançado *O primeiro golpe do Brasil*. O jornalista foi apresentador do programa *Roda Viva*, na TV Cultura, além de ter passado por redações de alguns dos veículos de imprensa do país, como o Correio.

Após a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, uma série de episódios tomaram conta dos bastidores do alto escalão da monarquia brasileira. Com o retorno de D. João VI a Portugal, o filho mais velho, D. Pedro I, decidiu ficar no país para manter o legado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que antecedeu o período do Império brasileiro. Com o Brasil independente e Pedro de Bragança no trono, era necessário formar uma constituição para o novo país. Uma primeira assembleia constituinte foi convocada para maio de 1823, motivada por ideias liberais que pretendiam alinhar o Brasil com os novos países que surgiram na América desde o fim do século XVIII. Apesar disso, lembra Lessa, a assembleia foi dissolvida pelo imperador, que perseguiu republicanos, promoveu censura aos meios de imprensa e alimentou-se do escravismo, como trata o autor, em sua obra.

No ano seguinte, o próprio monarca liderou uma nova assembleia constituinte que culminou na *Carta Magna* de 1824, outorgada, e a primeira do país, que vigorou até o fim do Império, em 1899. "D. Pedro I fez uma constituição outorgada em que ele estava acima da Lei. Então, isso é uma contradição, em termos de você ter um rei acima da Constituição. As constituições foram inventadas para submeter os reis. A gente está cercado de repúblicas por todos os lados e ficamos sendo uma monarquia escravista no ocidente, enquanto não havia mais isso no mundo", frisa Lessa.

O jornalista faz uma comparação do ocorrido em 1823, no Brasil, com o que se passou anos antes, na França, com Napoleão Bonaparte. O déspota francês destituiu o Diretório da Revolução e substituiu-o por um consulado, no que ficou conhecido como o "Golpe do 18 Brumário". "Isso é conhecido como 'coup

d'etat' na França e, aqui, nós chamamos de golpe de Estado. Houve o fechamento de um órgão constitucional pela força das armas. Isso é um golpe militar no dicionário de política que todo mundo segue", acrescenta o autor.

No livro, ele também desmistifica a figura heroica do primeiro imperador do Brasil. Na sua visão, D. Pedro I estava longe de ser o ideal de libertador, como algumas correntes históricas o definem. "A monarquia é do gosto de quem quer o despotismo. Quem quer governar acima das leis, que foi o que Dom Pedro I fez. Porque a Constituição que ele outorgou não era igual à que estava sendo discutida e que foi apresentada a ele em setembro", sugere Lessa.

### **Dias atuais**

Com o avanço do autoritarismo em países de diferentes continentes ao redor do mundo, como Venezuela, Coreia do Norte e Nicarágua, a definição de déspota pode ser atualizada para os tempos modernos. Na visão de Lessa, o sonho dos déspotas é o governo de um homem só, como está subentendido na formação da palavra "monarquia", que vem da junção do prefixo "mono" e significa "um" com o termo grego "arquia", que indica "chefia".

"Os déspotas modernos não têm uma raiz de família como era na Idade Média, quando a Igreja abençoava uma família, como os Habsburgo ou os Bragança. Eram famílias aristocráticas que tinham o poder divino de governar grandes territórios, só que o 'trem da história' tirou o poder dessas famílias", sustenta o jornalista. "O que você tem hoje é o ressurgimento de déspotas, que querem submeter o Legislativo e o Judiciário, que são bases para a República, às suas vontades", completa.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 19.08.2024 – PÁG. MUNDO**

### **5 coisas para ficar de olho na convenção democrata nesta semana**

Aborto e protestos contra a guerra em Gaza estão entre os pontos sensíveis do evento que ocorre entre 19 e 22 de agosto em Chicago.

*Thomas Gift*

Os viciados em política americana, que não se cansam das reviravoltas da campanha de 2024, terão outra oportunidade de assistir a um evento imperdível com a Convenção Nacional Democrata, que será realizada de 19 a 22 de agosto em Chicago. Na convenção republicana em Milwaukee no mês passado, o ex-presidente Donald Trump foi recebido como uma figura divina por seus eleitores após sobreviver por pouco a uma tentativa de assassinato dias antes.

Agora é a vez dos democratas aplaudirem sua indicada presidencial Kamala Harris e seu novo companheiro de





## CLIPPING

DATA

19.08.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

chapa, o governador de Minnesota, Tim Walz. O elenco mudou. Harris, e não mais o presidente Joe Biden, desempenhará o papel principal, apesar de a indicada nunca ter conquistado uma eleição primária. No entanto, o roteiro do show permanece o mesmo: um infomercial de quatro dias repleto de fervor ideológico superproduzido. Quando Biden se retirou da disputa, os delegados que ele havia acumulado durante as primárias ficaram "descomprometidos". Embora esses delegados estivessem livres para apoiar qualquer candidato que desejassem, Harris rapidamente consolidou apoios — incluindo dos Clinton, dos Obama e do próprio Biden — e se tornou oficialmente a indicada democrata no início deste mês por meio de uma votação virtual de aproximadamente 4 mil delegados.

Com esse drama encerrado, aqui estão cinco principais pontos para ficar de olho na Convenção Democrata.

### 1. Políticas de identidade

A identidade de Harris será um dos principais pontos de discussão entre os democratas. Já a mulher de mais alto escalão a servir no governo federal, Harris pode se tornar a primeira mulher presidente na história dos Estados Unidos. Como uma mulher negra (ela é filha de imigrantes jamaicanos e indianos), Harris se tornaria apenas a segunda presidente não branca, após a eleição histórica de Barack Obama em 2008. Alguns republicanos desqualificaram Harris como uma "contratação DEI" (sigla para Diversidade, Equidade e Inclusão), citando a promessa de Biden em 2020 de escolher uma mulher para a chapa e as pressões para selecionar uma mulher negra após os protestos pela morte de George Floyd.

No entanto, os democratas rotularam essa crítica como "apito de cachorro" (expressão da política americana para uma mensagem cifrada que reforça ideias racistas, preconceituosas e xenófobas) e veem uma chance na convenção de destacar a raça e o gênero de Harris. Um mês atrás, Trump estava caminhando para obter mais votos negros do que qualquer candidato presidencial republicano na história. No entanto, pesquisas sugerem um entusiasmo crescente por Harris entre esse grupo demográfico, o que levou Trump a alegar falsamente que Harris começou a se identificar como negra recentemente. Enfatizar a origem racial de Harris pode reforçar o apoio entre a comunidade negra.

### 2. Foco no aborto

Da mesma forma, quando se trata de eleitoras, os direitos reprodutivos são uma prioridade para os democratas, e eles serão um ponto focal na Convenção Nacional Democrata. Depois que a Suprema Corte dos EUA anulou a decisão Roe versus Wade em 2022, derrubando quase meio século de precedentes que garantiam o direito ao aborto, os democratas perceberam que tinham um problema de ressonância. Na convenção, os democratas vão focar nas três nomeações de Trump para o tribunal que solidificaram a supermaioria de direita que permitiu a anulação de Roe versus Wade. Embora Trump tenha endossado deixar a questão do aborto para os Estados, alguns democratas o rotularam falsamente como apoiador de uma proibição nacional.

Muitos especialistas atribuem o desempenho muito positivo dos democratas nas eleições legislativas de 2022 ao descontentamento popular quanto à questão do aborto. Uma série de referendos estaduais também indica que os democratas têm uma posição política privilegiada no tema dos direitos reprodutivos. Lembrar às mulheres que o aborto está em jogo pode ajudar a replicar esses sucessos em novembro.



**CLIPPING**

DATA  
19.08.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
17 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

### **3. Democracia em jogo**

Como presidente, uma das mensagens enfáticas de Biden aos eleitores foi que os desafios à democracia no exterior, incluindo a guerra da Rússia contra a Ucrânia, estão intimamente ligados aos desafios de Trump à democracia em casa. Na convenção, Harris e os democratas provavelmente continuarão com esse refrão, mas expressarão sua linguagem em termos mais moderados. Após a tentativa de assassinato de Trump, muitos republicanos acusaram os democratas de incitar a violência ao atacar Trump como uma ameaça ao país. Ao mesmo tempo, alguns relatórios sugerem que muitos democratas importantes admitiram em particular que uma vitória de Trump em novembro não significaria o fim da "República".

Embora a linguagem possa ser moderada, Harris não cederá todo o terreno no ponto da democracia. As ameaças de Trump de fazer uma "turnê de retribuição" e erradicar o "Estado profundo" se alinham com um primeiro mandato em que os adversários insistem que ele atacou as normas executivas a marretadas.

### **4. Saudação a Biden**

Um mês atrás, Joe Biden era o inconveniente político de 81 anos, cheio de enfermidades, a quem líderes democratas como o presidente da Câmara, Hakeem Jeffries, e o líder da minoria no Senado, Chuck Schumer, não conseguiam dispensar rápido o suficiente. Agora, ele é o distinto estadista mais velho que os democratas não param de elogiar como um dos presidentes mais talentosos de todos os tempos. Biden está programado para fazer um discurso de alto nível durante a primeira noite da Convenção Nacional Democrata, onde ele sem dúvida irá apregoar seu histórico que alguns chamaram de o mais progressista desde Franklin Delano Roosevelt (ou mesmo na história dos EUA).

Espera muitos elogios à abnegação e sabedoria de Biden em "passar a tocha" para a próxima geração. A decisão de Biden de renunciar foi tão voluntária quanto uma carta de renúncia escrita sob a mira de uma arma. No entanto, as elites do Partido Democrata estão comprometidas em pedir aos eleitores que esqueçam que sua rainha recém-coroadada foi selecionada, e não eleita.

### **5. Protestos sobre Gaza**

Talvez tão importante quanto o que acontece dentro do salão de convenções seja o que acontece do lado de fora. Na esteira dos protestos universitários sobre o apoio dos EUA à guerra em Gaza que abalaram os campi dos EUA na primavera, os manifestantes já estão planejando fazer suas vozes serem ouvidas em Chicago. As manifestações podem ser uma desvantagem para os democratas. Alguns especialistas acreditam que os paralelos com a Convenção Nacional Democrata em Chicago em 1968, quando a polícia entrou em confronto com manifestantes contrários à guerra do Vietnã, são exagerados. Mas outros dizem que os protestos planejados podem mudar o jogo.

O famoso investidor e empresário Steve Eisman, por exemplo, previu que os manifestantes "não conseguirão se controlar" em Chicago e que "eles queimarão bandeiras israelenses, queimarão bandeiras americanas e gritarão coisas como 'morte a Israel' e 'morte à América'", e o país inteiro vai assistir e o país inteiro ficará horrorizado e "a eleição acabará". Se isso se provar correto, a próxima convenção realmente será imperdível.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 19.08.2024 – PÁG. OPINIÃO**

**Izabel Guimarães: um grito por justiça, um chamado para a ação**

Apenas juntos conseguiremos transformar essa triste e cruel realidade que assola tantas mulheres, crianças e famílias vítimas da violência, do feminicídio, da misoginia e da intolerância

*Dayse Amarilio*

Num sábado à tarde, uma criança de apenas 10 anos de idade tem sua vida marcada para sempre por um estampido. O pai atira na mãe à queima roupa na frente daquela menina indefesa. A cena congela. A mãozinha vai se abrindo, e a boneca cai no chão em câmera lenta. Como num passe de mágica, aquela criança fica órfã. Perde sua mãe, vitimada por arma de fogo, e seu pai, que agora passa a ser um assassino e será encarcerado.



A cena descrita acima foi presenciada pela filha de Izabel Guimarães, morta em fevereiro de 2023 pelo ex-companheiro. Izabel será homenageada durante a 1ª Semana de Prevenção ao Feminicídio — Izabel Guimarães: um grito por justiça, um chamado para a ação. A iniciativa pioneira ocorrerá na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), entre os dias 19 e 23 de agosto, como parte das ações do Agosto Lilás, e foi instituída pela Resolução nº 340/2024, de minha autoria. O evento é fruto do trabalho que marca minha gestão como procuradora especial da Mulher na Casa. Em fevereiro de 2024, assumi a Procuradoria Especial da Mulher (PEM) com o propósito de trabalhar pela proteção e fortalecer o compromisso do Legislativo com a defesa dos direitos das mulheres e a prevenção da violência de gênero.

Atuo para que tenhamos um mundo no qual as mulheres sejam respeitadas e possam viver livres do medo e da opressão. Muito desse compromisso é motivado por minha experiência pessoal. Presenciei a violência doméstica em casa, e vi minha mãe sofrer vários tipos de violência com um companheiro. Por tabela, eu e meus irmãos sofremos também. Minha mãe acabou se agarrando ao álcool para suportar a dura realidade que se abatia sobre ela, o que acaba acontecendo com tantas mulheres. Por isso, minha primeira lei criou a política distrital de amparo e cuidado à mulher em uso abusivo de álcool.

Chegar ao parlamento me abriu algumas possibilidades. Nesses quase dois anos de legislatura, foi possível abrir um canal de denúncia na comissão que presido, a Comissão de Assuntos Sociais; realizar debates para discutir a temática com especialistas, gestores, mulheres vítimas de violência doméstica, familiares de vítimas de feminicídio, vítimas de violência on-line e cyberbullying; concretizar parcerias com entidades como a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn-DF), o que nos possibilita promover a saúde reprodutiva das mulheres com a inserção de DIUs, entre outras ações.



**CLIPPING**

DATA  
19.08.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
19 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Apoiar iniciativas que exaltem boas práticas ligadas a uma educação não sexista e antimachista é essencial, pois a educação é um instrumento de transformação social e possibilita rever o olhar da sociedade sobre determinados temas, como questões de gênero e sua relação com a prática da violência contra mulheres. Por isso, decidi lançar o edital O antimachismo como cura do feminicídio, que contemplará 20 projetos de prevenção à violência contra meninas e mulheres desenvolvidos em escolas públicas do DF.

É incentivando projetos que deem aos nossos jovens a possibilidade de rever estereótipos que, infelizmente, ainda contribuem para que existam mortes de mulheres por feminicídio, que reforçamos a importância da escola como um ambiente de prevenção à violência. Sob o prisma da conscientização, tivemos uma grande vitória: a sanção da Lei 7.539/24, de minha autoria, que estabelece a instalação de pelo menos um banco na cor vermelha em espaços públicos de grande circulação em todo o DF. O objetivo da iniciativa é conscientizar, prevenir e sensibilizar sobre a violência sofrida pelas mulheres. O projeto Banco Vermelho foi realizado em parceria com a L'Associazione Stati Generali delle Donne HUB, da Itália, e será um espaço para que possamos rever a forma de encarar a violência contra as mulheres.

Conseguimos também um novo espaço para a PEM na CLDF. Um ambiente acolhedor com sala de atendimento individualizada destinada a receber mulheres em busca de apoio e orientação. Cito outras duas grandes conquistas: a implementação de um Núcleo Específico de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres na Casa, uma parceria entre PEM, Defensoria Pública e CLDF, e a Resolução nº 349/2024, que determina que servidores da Casa deverão participar, de forma obrigatória, de cursos sobre a temática da violência contra a mulher. É preciso sensibilizar e conscientizar os servidores sobre a temática.

O grande sonho é que os serviços se comuniquem e que a mulher seja assistida pelos equipamentos públicos de maneira uniformizada e humanizada. Estou deputada, mas trabalho para que esses serviços, implementados especialmente durante minha gestão na PEM, possam ter continuidade e beneficiar as mulheres do DF. Para coroar esse trabalho, convido para prestigiar e contribuir com a 1ª Semana de Prevenção ao Feminicídio da CLDF, de 19 a 23 de agosto. Apenas juntos conseguiremos transformar essa triste e cruel realidade que assola tantas mulheres, crianças e famílias vítimas da violência, do feminicídio, da misoginia e da intolerância. Casos como o de Izabel não podem voltar a se repetir. Conto com você!

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 19.08.2024 – PÁG. E1**

**Decisão do STJ destrava R\$ 2,4 bilhões de ICMS-ST para varejistas**

Julgamento, da 1ª Seção, facilitou pedidos de restituição ou compensação de valores do imposto pagos a maior no regime de substituição tributária

*Marcela Villar*



Quatro das principais redes de varejo têm, juntas, R\$ 2,4 bilhões de ICMS-ST a recuperar nos próximos anos, segundo apurou o Valor a partir dos últimos balanços contábeis, publicados em junho. Esse crédito estará agora mais ao alcance desses contribuintes com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na semana passada, que facilitou pedidos de restituição ou compensação de valores do imposto estadual pagos a maior no regime de substituição tributária para frente, quando a base de cálculo da operação for inferior à presumida.

O Carrefour tem o maior valor: R\$ 1,3 bilhão, a ser compensado nos próximos 10 anos, de acordo com a empresa. Também do setor de alimentos, o Assaí contabiliza R\$ 953 milhões em estoque, a serem usados nos próximos cinco anos. Já a Petz pretende utilizar R\$ 116 milhões em créditos até 2025. E a Raia Drogasil tem R\$ 41,5 milhões a restituir. Porém, não detalhou o prazo. Outras empresas, como a Casas Bahia, Pague Menos, Magazine Luiza e Grupo Pão de Açúcar (GPA), também têm cifras bilionárias de ICMS a serem recuperadas, mas não especificam quanto do montante se refere à sistemática de substituição tributária. Juntas, elas têm R\$ 5,7 bilhões de ICMS a receber dos Estados.

A decisão unânime da 1ª Seção do STJ, da quarta-feira passada, facilitou muito a recuperação do ICMS, segundo advogados. Os ministros afastaram a aplicação do artigo 166 do Código Tributário Nacional (CTN), que determina o cumprimento de requisitos para a devolução. O dispositivo exige que a empresa prove ter assumido o encargo financeiro, ou, se transferiu a terceiro - no caso, o consumidor final -, que haja autorização expressa dele para a restituição (Tema 1191).

Na prática, o artigo tornava inviável o recebimento do tributo pago a maior. “A partir do momento que esse dispositivo é afastado pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, isso acaba facilitando a produção dessa prova para fins de repetição de indébito”, diz o tributarista Renato Silveira, sócio do Machado Associados, que tem cerca de uma dezena de casos no escritório sobre o tema. Antes, havia um “esforço probatório” muito grande, acrescenta. “Acabava incentivando o aumento do contencioso sobre a matéria.”

O GPA foi um dos grupos de varejo que teve dificuldade no ressarcimento. No último balanço, afirma ter sido autuado pelo Estado de São Paulo, pelo não cumprimento de obrigações acessórias na restituição. A empresa recorreu judicialmente e os processos somavam provisão de R\$ 354 milhões. O montante foi reduzido para R\$ 17 milhões após adesão ao Acordo Paulista, edital de transação tributária da Procuradoria-



## CLIPPING

DATA  
19.08.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
21 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Geral do Estado (PGE). A empresa tem R\$ 411 milhões de ICMS a serem compensados nos próximos cinco anos, sendo quase metade - R\$ 206 milhões - em um ano. Segundo Silveira, a restituição do valor pago a maior pelo ICMS-ST é assegurado pelo artigo 10 da Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir. Os Estados, contudo, “buscavam uma interpretação desse dispositivo em conjunto com o artigo 166 do CTN”. “Muitas vezes, o contribuinte, diante da dificuldade de produzir essa prova, acaba não apresentando toda a documentação que a Fazenda entende ser suficiente para reconhecer aquele crédito e, a partir daí, surge a discussão”, afirma.

O objetivo da substituição tributária é concentrar o recolhimento do tributo em uma só etapa da cadeia. Os Estados presumem uma base de cálculo e cobram o imposto dos primeiros contribuintes - importadores e a indústria. A estimativa, porém, nem sempre coincide com o valor real do produto vendido ao consumidor final. “Tem situações em que o varejista adquire o produto com uma base de cálculo presumida, mas acaba dando a saída por um valor menor, vendendo abaixo do preço que comprou”, diz Silveira. André Menon, sócio tributarista do Machado Meyer, afirma que a decisão do STJ é importante para evitar que o Estado termine por receber o ICMS duas vezes. Além disso, “viabiliza o que antes não era viável”. “Para o varejo, a comprovação é uma problemática imensa, porque são milhares de operações mensais pulverizadas”, diz. “Além de toda a questão burocrática, tornava inviável a sistemática”, completa.

Em nota, a Pague Menos afirma que “julga positiva a recente decisão do STJ”, pois “deve destravar significativamente a monetização do saldo” de ICMS-ST. No último balanço, indicou ter R\$ 768,2 milhões a receber de ICMS e de ICMS-ST. Ao Valor, diz que os créditos “referem-se principalmente ao ICMS-ST”. A empresa vinha fazendo a compensação dos valores administrativamente “após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado”. Ela ainda tem R\$ 522 mil provisionados por discussões sobre o tributo no Ceará.

O Carrefour, por sua vez, afirma que o direito de restituir decorre da manutenção de centros de distribuição que recebem mercadorias com ICMS-ST pré-pagos pelos fornecedores ou pelo grupo. Desde a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2016 (RE 593849), que reconheceu o direito de ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, diz que “os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo grupo aumentaram”. E que cumpria os “procedimentos requeridos pelos Estados”. Antes da decisão do STJ, ela obteve uma decisão favorável na qual foi reconhecida o direito de restituir o ICMS-ST e também a correção monetária, “cujo valor principal foi reconhecido em períodos anteriores”. Ela estima que isso possa crescer em R\$ 367 milhões no total de créditos da controladora e R\$ 533 milhões no consolidado.

O Assaí menciona, no balanço, que os Estados “têm modificado substancialmente suas legislações internas”, ampliando a sistemática do ICMS-ST “para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo”. Deve recuperar quase metade dos créditos - R\$ 455 milhões - em um ano. O Magalu, com R\$ 2,4 bilhões a receber de ICMS e ICMS-ST, diz que já cumpria o artigo 166 do CTN, portanto, os créditos não seriam afetados pelo julgamento do STJ. Também informou que faz a compensação mensalmente e estima usar o estoque entre 18 e 36 meses.

A Casas Bahia, que tem R\$ 2,165 bilhões em crédito pelas duas sistemáticas, afirma que o ressarcimento é feito “mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos as operações realizadas que geraram para a companhia o direito ao ressarcimento”. A empresa também vendeu R\$ 890 milhões de créditos de ICMS, que serão transferidos até o fim do ano. Procuradas pelo Valor, a Raia Drogasil e a Petz

não quiseram comentar o assunto. Assaí e GPA disseram acompanhar o tema via entidade setorial. Carrefour e Casas Bahia não deram retorno até o fechamento da edição.

### **Empresa vence discussão sobre ‘tese do século’**

Contribuinte vai conseguir recuperar valores de PIS e Cofins pagos nos cinco anos anteriores ao julgamento

*Beatriz Olivon*

Um contribuinte conseguiu escapar do limite temporal (modulação) adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na “tese do século” e vai poder recuperar valores de PIS e Cofins pagos nos cinco anos anteriores ao julgamento, realizado no dia 15 de março de 2017. A decisão foi dada recentemente pelo desembargador Marcelo Saraiva, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). O caso é da Realmix Agregados Minerais, que ajuizou a ação exatamente no dia do julgamento do mérito. Na modulação, definida em 2021, os ministros estabeleceram que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da Cofins, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferida a decisão.



No entendimento da Fazenda Nacional, porém, esse limite temporal abrangeria o dia da sessão que definiu o mérito. Para as ações que ficaram fora da modulação, é possível recuperar valores referentes aos cinco anos anteriores à data de ajuizamento do processo. Para as posteriores ao corte determinado pelos ministros, o entendimento vale a partir da data de julgamento. A discussão é importante, segundo o advogado Jean Fernandes, sócio do escritório Maciel, Fernandes, Basso e Dumas Advogados (MFBD), que representou a empresa no TRF-3, porque “muitas empresas protocolaram ação exatamente no dia do julgamento, até após o veredicto do STF”.

De acordo com a Fazenda Nacional, 78% dos processos sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins foram ajuizados depois do marco definido pelos ministros do STF - a data do julgamento de mérito. No caso da empresa, que propôs a ação exatamente no dia 15 de março, inicialmente o desembargador Marcelo Saraiva a colocou no grupo afetado pela modulação, o que permitiria o aproveitamento da decisão só a partir de 2017. Contudo, após recurso (agravo interno) apresentado pela empresa, ele acatou o pedido. A decisão transitou em julgado (processo nº 0000971-76.2017.4.03.6108).

Em recurso, a empresa alegou que a primeira decisão do desembargador não havia aplicado o marco temporal da modulação fixada pelo Supremo, impedindo o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos. O que foi acatado por Saraiva. Ele afirma que, considerando que a ação foi ajuizada em 15 de março de 2017, a modulação não seria aplicável e deveria ser declarado o direito à compensação. “Resta inaplicável a modulação determinada nos embargos de declaração no RE nº 574.706. Assim, no caso, deve ser declarado o direito à compensação, observada a prescrição quinquenal, na forma da legislação de regência, que deverá ser realizada com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal,

observando-se o disposto no artigo 170-A do CTN, e com a incidência de correção monetária e juros, apenas pela taxa Selic, sobre os valores a serem compensados junto ao Fisco desde o recolhimento indevido”, diz na decisão.

Segundo Fernandes, chamou a atenção o desembargador, inicialmente, ter acatado o pedido da Fazenda Nacional. Para ele, o fato de a Procuradoria-Geral (PGFN) alegar que há um pico de ações propostas nos dias de julgamentos tributários relevantes não justificaria a limitação. “Se tivesse prevalecido a primeira decisão, a empresa não poderia rever os valores apurados no passado”, afirma o advogado. Em nota ao Valor, a PGFN informa que possui uma política institucional de respeito aos precedentes dos tribunais superiores. Acrescenta que, especificamente no caso da exclusão do ICMS na base do PIS e da Cofins, o seu entendimento vai ao encontro do que foi decidido no caso concreto. “Não se trata de entendimento a ser aplicado a qualquer caso de modulação, pois sempre dependerá dos critérios adotados pelo tribunal”, diz.

## **Destaque**

### **Exclusão de sócio**



A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a retirada de valores do caixa da sociedade, contrariando o que foi deliberado em reunião, configura motivo justo para que a empresa peça judicialmente a exclusão do sócio responsável. Na origem da demanda, um dos sócios de uma fábrica de móveis teria antecipado a distribuição de lucros sem a autorização dos demais membros da sociedade. A atitude levou a empresa a ajuizar ação para excluir o responsável pela iniciativa do quadro societário, mas o pedido foi rejeitado pelo juízo de primeiro grau, que não reconheceu a gravidade dos atos praticados.

De forma diversa, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reconheceu a ocorrência de falta grave por desrespeito à regra prevista em contrato social. O TJSP avaliou que um dos sócios não pode embolsar valores de forma totalmente contrária à votação feita em reunião. Ao STJ, o sócio alegou que a discussão do processo diz respeito a uma simples discordância sobre a gestão da sociedade. Para o relator do caso, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, porém, “a conduta da parte recorrente violou a integridade patrimonial da sociedade e concretizou descumprimento dos deveres de sócio, em evidente violação do contrato social e da lei, o que configura prática de falta grave, apta a justificar a exclusão de sócio” (REsp 2142834).

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 19.08.2024 – PÁG. E2**

**Aumento do teto das RPVs é urgente e necessário**

A mobilização e o apoio da classe são essenciais para que possamos garantir que essa proposta seja transformada em lei

*Fábio Scolari Vieira*

A quitação dos precatórios, dívidas governamentais decorrentes de sentenças judiciais, têm afetado milhares de brasileiros e se tornou uma das grandes questões das finanças públicas. Os Estados, Distrito Federal e municípios, que estavam em atraso com seus pagamentos em março de 2015, terão até o dia 31 de dezembro de 2029 para quitar seus débitos, caso não ocorra uma nova moratória, o que mostra a morosidade que esses pagamentos são feitos.



Só neste ano, o Poder Judiciário já enviou para o Governo do Estado de São Paulo incorporar no orçamento de 2025 quase R\$ 8 bilhões em precatórios. Entre os meses de janeiro e abril deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo liberou mais de R\$ 4 bilhões em precatórios para mais de 37.862 credores. No entanto, as projeções do governo estadual indicam que o estoque de precatórios continuará crescendo, chegando a R\$ 34 bilhões em 2029, e um dos principais motivos é a redução das chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Estabelecido pelo artigo 100 da Constituição Federal, o pagamento das dívidas da Fazenda Pública é realizado pelo sistema dos chamados precatórios. Entretanto, para toda regra existem exceções e, nesse caso, são as chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs), que devem ser pagas em até 60 dias de sua requisição e não entram para a lista dos precatórios.

Embora, no âmbito federal, o valor limite da RPV esteja fixado em 60 salários mínimos, os Estados e municípios têm autonomia para estabelecer seus próprios limites. No caso de São Paulo, o governo do Estado, por decreto, diminuiu o valor do limite para essas requisições, que passou de R\$ 30.119,20, em 2019, para R\$ 11.678,90, em 2019. Essa alteração tem feito o número de precatórios no Estado crescer. Atualmente, o Estado de São Paulo tem uma dívida de mais de R\$ 36 bilhões. São cerca de 309 mil credores na fila de espera entre 208 mil precatórios.

Isso demonstra que a redução representa um retrocesso, principalmente diante da inflação e das necessidades reais dos credores. Essa limitação impõe que qualquer valor acima deste montante seja submetido ao regime de precatórios, cujo pagamento pode levar mais de uma década para ser efetivado. Isso não apenas desafia a razoabilidade e a justiça, mas também contraria os princípios de eficiência que devem guiar a administração pública. O aumento da RPV, também não traz economia para as contas públicas, ou seja, não beneficia nem mesmo o próprio Estado, uma vez que cedo ou tarde esse pagamento terá de ser realizado, com valor corrigido. Assim, os beneficiários que recebiam esses créditos de até R\$ 30 mil passam a aguardar o



**CLIPPING**

DATA  
19.08.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
25 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

pagamento do precatório e irão receber esse valor anos depois, com uma taxa Selic elevada contemplando juros e correção do montante.

No ano passado, o Estado de Goiás, por exemplo, ampliou o seu limite máximo das RPVs de 20 para 40 salários mínimos. A nova regra permitiu que os autores das RPVs recebessem mais rapidamente e também reduziu a quantidade de precatórios pagos nas condenações contra o Estado. Seguindo esse precedente, a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) também propôs a ampliação do teto da RPV para R\$ 50 mil. A iniciativa não só representa um avanço significativo na agilidade da Justiça, mas também é crucial para garantir direitos constitucionais fundamentais de milhares de cidadãos.

É inegável que a proposta de elevação para R\$ 50 mil facilitará o acesso à Justiça para uma vasta gama de credores, muitos dos quais são idosos, portadores de doenças graves ou com deficiência física. Para esses cidadãos, o pagamento em até 60 dias pode significar não apenas o cumprimento de uma decisão judicial, mas também a garantia de dignidade e qualidade de vida. Ademais, a redução drástica da RPV em cerca de 60% representou um retrocesso injustificável. Restaurar esse valor é não apenas uma correção de uma injustiça passada, mas também um passo fundamental para alinhar a legislação às reais necessidades dos cidadãos.

Do ponto de vista da economia, o pagamento dos precatórios foi responsável por movimentar positivamente mais de 1% do PIB. Além do fato de que uma a cada três pessoas que recebem seus créditos automaticamente destinam parte desse valor ao consumo, regressando ao cofre estadual parte dessa quantia na forma de ICMS. Além disso, sobre o valor recebido também, muitas vezes, incide o Imposto de Renda e, por determinação constitucional, essa quantia retida de seus servidores também se destinará em benefício do Estado. Ou seja, de um jeito ou de outro, esses pagamentos irão injetar recursos diretamente na veia da economia de forma significativa.

Aumentar o teto das RPV não impacta apenas os servidores públicos, mas qualquer cidadão. Atualmente, o prazo para recebimento de qualquer indenização pleiteada que exceda o valor de R\$ 15 mil - seja em decorrência de um acidente ou mesmo referente à reposição salarial de servidor - pode se estender por mais de dez anos, o que burocratiza o processo e onera as finanças públicas, já que o valor é corrigido de acordo, ao longo dos anos. Sendo assim, é importante ressaltar que a aprovação desse projeto de lei não é apenas uma questão de justiça social. A mobilização e o apoio da classe são essenciais para que possamos garantir que essa proposta seja transformada em lei, beneficiando não apenas os cidadãos comuns, credores de precatórios, como também as finanças públicas e a sociedade como um todo.

## **DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB**

### **Dia 19 de Agosto - Dia Mundial da Fotografia**

O Dia Mundial da Fotografia é comemorado anualmente em 19 de agosto.



A fotografia é uma das invenções mais extraordinárias da história da humanidade e que revolucionou a sociedade a partir de meados do século XIX, assim como a cultura, a economia, as artes e etc. Normalmente, durante este dia, acontecem palestras, workshops e demais atividades relacionadas à fotografia.

As fotografias podem ser utilizadas para informar, recordar ou como uma expressão artística. Sejam fotógrafos profissionais ou amadores, no Dia Mundial da Fotografia, todos os amantes desta arte comemoram a data

fazendo muitas fotos. Os brasileiros ainda celebram o dia 8 de janeiro como o Dia Nacional da Fotografia, também conhecido como o “Dia do Fotógrafo”.

### **Origem do Dia Mundial da Fotografia**

A escolha do dia 19 de agosto para celebrar esta data é uma homenagem à invenção do daguerreótipo, o antecessor das câmeras fotográficas. Foi em 19 de agosto de 1839 que a Academia Francesa de Ciências anunciava mundialmente a nova invenção. Este aparelho foi desenvolvido pelo francês Louis Daguerre (1787-1851), em 1837, graças aos estudos de Joseph Niépce (1765-1833), que havia criado a *héliographie* alguns anos antes. Em 1839 também foi inventado o calótipo, um outro sistema de captura de imagens, criado por William Fox Talbot (1800-1877). Por causa dessas incríveis invenções, 1839 se consagrou como o Ano da Invenção da Fotografia.